

O REGULAMENTO DE 1889 E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Janote Pires Marques

Doutorando em Educação Brasileira — FAGED/UFC
E-mail: janotepires@hotmail.com

Introdução

O ano de 1889 foi marcante para a história do Brasil e, particularmente, para o Exército Brasileiro (EB) por causa de seu protagonismo na proclamação da República. Foi por esse tempo que ocorreu uma expansão no ensino dentro do EB, por vezes tumultuada pelo excesso de reformas educacionais. De 1889 a 1905, foram quatro grandes mudanças nos currículos, por sua vez, marcados pelo embate entre o saber científico (teórico) e o saber profissional (militar). No período em tela, o tipo de ensino (saber) constituído foi influenciado por vários fatores, como as correntes de pensamento que chegavam da Europa, principalmente o cientificismo; a transição para a República e o papel dos militares nesse processo; e a necessidade de “modernizar” a educação militar.

Destaque-se que um marco importante dessa expansão no ensino militar deu-se ainda na Monarquia. É bem verdade que o governo de D. Pedro II cambaleava e os Regulamentos¹

¹ Referimo-nos ao *Decreto nº 10.203, de 09 de março de 1889* (Regulamento para as Escolas do Exército) e ao *Decreto nº 10.202, de 09 de março de 1889* (Regulamento para o Imperial Collegio Militar). In: **Coletânea das Leis do Império do Brasil do ano de 1889**. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

de 1889, que criavam o Colégio Militar do Rio de Janeiro e a Escola Militar do Ceará, podem ter sido algumas das últimas cartadas do Imperador para manter o Exército ao seu lado. Investigar os motivos que levaram o governo imperial a aprovar tal regulamento é, certamente, importante. Entretanto, neste artigo, nosso interesse foi analisar como estava organizado o ensino militar no Exército Brasileiro, às vésperas da proclamação da República, com destaque para as Escolas Militares, destinadas à formação de oficiais.

Como metodologia, organizamos as informações trazidas pelo Regulamento de 09 de março 1889, de acordo com as seguintes categorias: instalações, formas de acesso, estrutura organizacional, punições (questão disciplinar), currículos (ensino teórico e prático). Ao mesmo tempo, contrapomos a essas informações outros dados registrados em outros tipos de fontes com a finalidade de perceber em que medida esses regulamentos foram ou não aplicados. Essa metodologia está interligada a uma narrativa que construímos a partir da contraposição dos dados levantados. Quanto à validade da narrativa (crônica), porém, fica o alerta de Rui Martinho Rodrigues (2009, p. 431): “Não se confunda crônica com lista telefônica”. Assim, buscamos também promover algumas discussões sobre as experiências intelectuais, políticas e sociais dos alunos das Escolas Militares, no sentido de que esses sujeitos foram protagonistas que tomaram decisões, influenciaram os destinos das Escolas e, de alguma forma, a reelaboração do projeto pedagógico do Exército no início da era republicana. Ainda quanto aos termos teóricos e metodológicos, acredita-

mos que a multiplicidade de testemunhos (fontes) contribuiu para enriquecer o estudo das experiências humanas passadas. Não obstante, nosso olhar sobre esse passado é, certamente, um *conhecimento indireto*, nos termos propostos por Marc Bloch (1965).

A título de esclarecimento inicial, destaque-se que, grosso modo, o ensino militar ficou dividido em Escolas Regimentais, Preparatórios e Escolas Militares que, nos dias atuais, corresponderiam respectivamente ao ensino básico, médio e superior. Além disso, outras instituições também constituíam o ensino no EB, como os depósitos de instrução, as companhias de aprendizes, a Escola de Aprendizes Artilheiros da Fortaleza de São João, as Escolas Táticas e de Tiro, a Escola Superior de Guerra e, ainda, o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Neste trabalho, entretanto, abordaremos a organização do ensino superior (formação de oficiais), ou seja, as Escolas Militares, onde se ministravam os cursos de Infantaria e Cavalaria, e a Escola Superior de Guerra, onde se ministravam os cursos de Artilharia, Estado Maior e Engenharia. Todas essas escolas eram subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.

As Escolas Militares

Pelo Regulamento de 1889, eram três as escolas militares no Brasil: Escola Militar da Corte (com sede no Rio de Janeiro), Escola Militar do Rio Grande do Sul (com sede em Porto Alegre) e Escola Militar do Ceará (com sede em For-

teza). Esta última era a novidade e marcava a ampliação e descentralização do ensino militar. A Escola Militar do Ceará (EMC) passou a receber não apenas os alunos do Norte como os do Sul do país.

Previam-se que essas escolas deveriam ter gabinetes de física e de química, coleção de mineralogia, estrutura para ginástica, natação e equitação e, além disso, equipamentos para trabalhos topográficos, telegráficos, telefônicos e aerostáticos, bem como um campo de exercícios e linha de tiro. Armamentos e munições de guerra deveriam existir para os exercícios militares das três armas, ou seja, infantaria, cavalaria e artilharia. Ainda estavam previstas nas dependências das escolas alojamentos para os alunos e oficinas de carpintaria, ferraria e armaria.

Quanto às bibliotecas, a orientação eram que contivessem livros, mapas, cartas, revistas e outros trabalhos que pudessem interessar à instrução militar. Dava-se especial atenção às publicações que trouxessem assuntos previstos nos currículos e, também, memórias, descrições, relatórios, resultados de experiências, observações e estudos de assuntos militares ou sobre as “ciências” ensinadas nessas escolas. Dever-se-ia ainda valorizar publicações sobre a história militar brasileira.

Ao que parece, entretanto, nem sempre as instalações das escolas militares eram tão completas assim. E isso, de alguma forma, influenciou as ações dos alunos (conhecidos, também, como “cadetes”). A Escola Militar do Ceará, por exemplo, não tinha alojamento para todos os alunos e funcionou em

regime de externato. Ao que parece, tal condição ampliou em muito o contato dos alunos com os munícipes e os atritos entre os dois grupos. O escritor cearense Raimundo de Menezes, na reveladora crônica “Diabruras dos cadetes”, conta-nos que dentro do panorama provinciano de Fortaleza, a Escola Militar do Ceará proporcionou um crescimento material e intelectual. Mas, escreve também que os alunos eram “moços estudantes”, vindos de várias regiões do país, morando em “repúblicas” pela cidade, e que à noite “praticavam as estripulias mais incríveis e absurdas”. (MENEZES, 1977, p. 67-69).

Em geral o acesso ao oficialato (ensino superior) era por meio do preparatório, curso de três anos oferecido nas próprias escolas militares. O candidato (civil ou militar) à matrícula no preparatório deveria ter entre 15 e 21 anos, assentar voluntariamente praça no Exército, saber ler e escrever corretamente em Português, dominar as quatro operações matemáticas, passar pela inspeção de saúde e apresentar atestados assinados por professores ou comandantes que comprovassem terem esses candidatos bom comportamento e aptidão para a vida militar. Por fim, após cumprir esses critérios, precisava-se obter licença do Ministério da Guerra para a matrícula.

O currículo do curso preparatório contemplava Aritmética, Álgebra, Geometria, Desenho, Francês e Inglês, no primeiro ano; Geometria, Trigonometria, Literatura brasileira, Francês, Geografia, História antiga e medieval, no segundo ano; e Álgebra, Geometria descritiva, Noções de Ciências (Física, Química, Mineralogia, Geologia, Zoologia, Botânica), Topografia, Legislação de terras, Geografia, História moderna

e contemporânea, História do Brasil, no terceiro ano. Aprovados no curso preparatório e tendo obtido boas notas em determinadas matérias os alunos recebiam o título de agrimensor.

Após obter aprovação no curso preparatório, o aluno podia automaticamente matricular-se nos cursos de Infantaria e Cavalaria. Não obstante, havia alternativas para ingressar diretamente nesses cursos. Uma delas era o candidato apresentar certificado que comprovasse aprovação para escolas superiores do Império. Nesse caso, porém, o candidato precisava submeter-se a alguns testes e enfrentar um ano de exercícios práticos na respectiva Escola Militar.

O currículo dos cursos de Infantaria e Cavalaria contemplava, no primeiro ano: Geometria geral, Noções de mecânica, Balística elementar, Física, Meteorologia, Geometria descritiva. O currículo do segundo ano previa: Tática, Estratégia, Castrametração, Fortificações, Entrincheiramento de praças de guerra, Hipologia, Higiene militar, Direito internacional e Direito militar, precedidos de direito natural, público e constitucional brasileiro. Ainda no segundo ano, os alunos deveriam estudar História militar, compreendendo os principais fatos referentes aos diversos ramos da guerra, bem como a análise das campanhas consideradas mais notáveis desde Aníbal até as batalhas contemporâneas, incluindo as guerras em que o Brasil se envolveu antes e depois da Independência. Especial atenção deveria ser dada à história da guerra contra o Paraguai.

O ano letivo nas Escolas Militares transcorria de março a outubro e as aulas, em geral, tinham a duração de uma hora a uma hora e meia, com exceção das aulas de Desenho, com

duas horas. Exercícios físicos deveriam ser limitados a duas horas. Já os exercícios de topografia, marchas, atividades de campo e visitas a estabelecimentos militares deveriam ocorrer uma vez por semana ocupando todo o dia.

Os alunos ficavam divididos em grupos chamados companhias, por sua vez, subordinadas diretamente ao comandante da escola. Cabia a um capitão o comando da companhia da qual também faziam parte dois tenentes, um sargento, dois corneteiros e seis alunos sargenteantes que tinham funções administrativas.

Nas Escolas Militares, destacava-se um tipo de aluno que recebia um soldo melhor e usava um distintivo diferenciado no uniforme. Era o alferes-aluno. Tinham direito a esse título os alunos aprovados “plenamente” no curso preparatório e no curso (de dois anos) de Infantaria e Cavalaria. Essa espécie de prêmio pelas boas notas era marcante no cotidiano estudantil. De acordo com Jehovah Motta (1998, p. 188)

Era, pois, o galardão que os alunos-praças almejavam intensamente. Constituiu-se estímulo poderoso rumo aos estudos, fator importante na criação do clima de exasperada competição que celebrizou a Escola da Praia Vermelha como centro de lides intelectuais intensíssimas.

Celso Castro (1995), que estudou a Escola Militar do Rio de Janeiro (mais conhecida como Praia Vermelha), destaca que os soldos recebidos pelos alferes-aluno davam-lhes não apenas independência financeira, mas lhes permitiam, em muitos casos, auxiliar suas famílias.

A Escola Militar representou, no Império, uma rara possibilidade de ascensão social para pessoas que não pertenciam à elite tradicional e cujas famílias não podiam custear cursos superiores nas faculdades de direito e medicina. (CASTRO, 1995, p. 48).

Destaque-se, entretanto, que o título de alferes-aluno poderia ser cassado por má conduta civil e militar. E eis um problema que afetava cotidianamente os alunos em geral: a (in)disciplina. Punições aparecem corriqueiramente na documentação² produzida pelas escolas militares à época. As punições variavam de acordo com a gravidade das faltas e iam da repreensão, passando pela prisão de até trinta dias, até a exclusão. Os professores podiam impor diretamente penas menores, como repreensão particular, repreensão na presença dos demais alunos e retirada da aula.

Se houve partes do Regulamento de 1889 que foram mais aplicadas, certamente as punições estão entre as mais contempladas. Encontramos registros de transgressões disciplinares tanto na documentação institucional quanto nas publicações memorialistas de ex-alunos das Escolas Militares e de seus contemporâneos nas cidades onde esses estabelecimentos de ensino existiram. Essas transgressões não se davam apenas dentro da escola. Boa parte delas eram extramuros, como nos hotéis das cidades. Foram os casos, por exemplo, do

² Referimo-nos aqui a duas extensas séries de documentos produzidos pelas escolas militares: as *Ordens do dia*, que registravam diariamente as atividades administrativas e pedagógicas da escola; e as *Escalas de serviço e alterações de alunos*, que registravam mais especificamente dados dos alunos, dentre eles os atos considerados de indisciplina. Esses documentos estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), na cidade do Rio de Janeiro.

aluno da Escola Militar do Ceará, Antonio Vicente Murinelly³, preso por se comportar mal num hotel de Fortaleza; de alguns alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul, que não pagaram despesas feitas no Hotel La Minuta (em Porto Alegre)⁴; dos alunos Pedro Jansen da Costa Lima e Elias Cintra Barbosa Lima, expulsos da Escola Militar da Corte, por praticarem roubo no hotel Ravot, no Rio de Janeiro⁵.

Aliadas a essa questão da (in)disciplina, estavam as tentativas de controle governamental sobre as ideias no interior das Escolas Militares e que motivavam o envolvimento dos alunos nas questões políticas da época.

Art. 204. Sem permissão previa não poderá alumno algum introduzir na escola periodicos, livros, brochuras ou desenhos: alem das penas disciplinares em que incorrerem os infractores desta disposição, ser-lhes-hão apreendidos os ditos objetos. (*Decreto nº 10.203, de 09 de março de 1889; op. cit. p. 293*).

Em nosso entendimento, havia a intenção coibir leituras que pudessem amparar posições republicanas. Segundo Celso Castro (1995), muitos assuntos discutidos pelos alunos não faziam parte do currículo nem eram ensinados pelos professores, por exemplo, as teorias científicas mais modernas, como as de Spencer e Haeckel. “Nos escritos dos alunos da

³ Cf. *Escalas de serviço e alterações de alunos*, Escola Militar do Ceará, mensal, ano de 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

⁴ Esta informação é registrada por: MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre*. Significado cultural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

⁵ Cf. *Ordens do dia*, Escola Militar da Corte, diário, 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Escola Militar do final do Império, são explícitas as referências ao positivismo, ao evolucionismo, ao abolicionismo e ao republicanismo”. (CASTRO, 1995, p. 63).

A Escola Superior de Guerra

A Escola Superior de Guerra⁶ funcionou no Rio de Janeiro, sob o regime de externato, e destinava-se a dar instrução teórica e prática dos cursos de Artilharia, Estado-Maior e Engenharia aos alunos concludentes das Escolas Militares. Não havia, portanto, exames de admissão.

As dependências deveriam ser similares às das Escolas Militares com algumas coisas a menos e alguns acréscimos, a saber: parque de artilharia; observatório astronômico; instrumentos para estudos geodésicos; material para estudos geográficos, particularmente sobre o Brasil e América do Sul; sala de modelos de construções civis e militares; material de campanha para uma pequena linha férrea e linha telegráfica; laboratório químico; gabinete mineralógico e geológico. Penas e recompensas estavam regularmente previstas nos mesmos moldes das Escolas Militares.

Os alunos que concluíssem o curso de Estado Maior e de Engenharia Militar recebiam o grau de Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas, desde que comprovassem também aprovação em Latim, Filosofia e Retórica.

⁶ Essa escola seria extinta em 1898. Observe-se, portanto, que foi diferente da sua homônima ESG (Escola Superior de Guerra) criada em 1949, também, no Rio de Janeiro.

Para ser oficial de Artilharia, o aluno deveria primeiramente ter concluído o curso de Infantaria e Cavalaria numa das Escolas Militares. Na Escola Superior de Guerra cumpria um currículo estruturado em dois anos. No primeiro ano, os alunos deveriam estudar Cálculo diferencial e integral; Química geral e descritiva, orgânica e inorgânica; Metalurgia; Noções gerais de perspectiva e teoria das sombras. No segundo ano, estavam previstos estudos de Mecânica geral e suas aplicações às máquinas de balística; Artilharia, compreendendo o estudo de “bocas de fogo”; armas de guerra portáteis; reparos; viaturas; projéteis e artificios de guerra, incluindo o estudo de materiais empregados nesse fabrico; aplicação de eletricidade na guerra; telefones e telégrafos; minas militares e torpedos; aeróstatos; desenhos de fortificações de máquinas, principalmente as de guerra.

Após concluir o curso de Artilharia, os oficiais-alunos enfrentavam mais dois anos para concluir os cursos de Estado-Maior e Engenharia Militar. Assim, já no terceiro ano da Escola Superior de Guerra, o currículo compreendia Trigonometria esférica; Astronomia; Geodésica; Mineralogia; Geologia; Desenho, construção e redução de cartas geográficas; Alemão (gramática, leitura e tradução). No quarto e último ano, Construções civis e militares; Hidráulica, compreendendo as principais noções sobre o regime de rios, encanamentos e motores de água; Estradas ordinárias e vias férreas, relacionadas à guerra; Biologia, compreendendo anatomia e fisiologia geral e comparada dos vegetais e animais; Botânica; Zoologia; Direito administrativo, com foco na administração militar;

Economia política; Arquitetura civil e militar; Desenho de arquitetura; organização de projetos.

Ensino Militar: entre a Teoria e a Prática

A finalidade das Escolas Militares era oferecer um ensino teórico, como era previsto nos currículos anteriores, mas também o ensino prático. De acordo com Jehovah Motta (1998), que estudou os trâmites do Regulamento de 1889 no Parlamento brasileiro, a proposta metodológica do ensino prático foi uma “inovação revolucionária. (MOTTA, 1998, p. 171).

Segundo o Regulamento de 1889, o ensino prático nas Escolas Militares deveria compreender:

Noções geraes sobre manipulações pyrothecnicas; diversos systemas de armas portáteis [...]; exercicios e pequenas accções de guerra, segundo temas dados e tendo em vista os accidentes do terreno; [...] esgrima de espada e de baioneta; marchas, acampamentos, passagens de rios, embarques e desembarques, quer em navios, quer em trens de via férrea; construcção de obras de campanha com todos os seus detalhes e accessorios; limpeza das armas portateis; maneira de as montar e desmontar; noções geraes sobre a fabricação de seu cartuchame e das balas nelle empregadas; apreciação das distancias por diferentes methodos praticos, com instrumentos ou sem elles; nomenclatura de tiro e pratica deste com armas portateis, inclusive o revolver; [...] preceitos de subordinação, regimem e policia de corpos, quarteis, acampamentos e acantonamentos; serviço de guarnição das praças e povoações;

honras e precedências militares; detalhe do serviço diário e extraordinário [...]. (*Decreto nº 10.203, de 09 de março de 1889; op. cit. p. 264-265*).

Ao que parece, entretanto, o ensino prático nas Escolas Militares não foi efetivo. Em geral, predominou a parte teórica, seja porque o Regulamento de 1889 vigorou por curto período de tempo, dada a proclamação da República e, por conseguinte, o advento de uma nova regulamentação; seja pela inexistência de uma estrutura física apropriada para o ensino prático nas Escolas Militares.

O Regulamento de 1890⁷ foi claramente voltado para a “educação científica” e estabeleceu um currículo no qual predominou bem mais o ensino teórico em detrimento do ensino prático. A Escola Militar do Ceará, por exemplo, ficou reduzida ao ensino preparatório (e teórico) e os seus alunos (também conhecidos como cadetes) praticamente desconheciam saberes voltados para a guerra. Assim, quando havia instrução militar, por simples que fosse, tornava-se notícia na cidade.

Escola Militar

Na tarde de sabbado fez exercicios a praça de Pelotas o brioso corpo de alunmos desta capital, sob o comman-

⁷ Referimo-nos aqui ao *Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890* (Regulamento que reorganiza o ensino nas Escolas do Exército). In: **Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. 4º Fascículo, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 550-599. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

do do respectivo instructor tenente Leitão da Cunha. A escola marchou com verdadeiro garbo e correcção militares, executando rapidamente todas as vozes de commando, que nas manobras d’arma, quer nas evoluções de guerra. (*Jornal A Republica, Fortaleza. 26 out. 1896, p. 3*).

O registro acima se refere ao ensino prático. Na terminologia militar atual, o exercício executado pelos alunos seria a ordem unida com arma; atividade que, mesmo no século XIX, envolvia baixo grau de complexidade para execução. Entretanto, mesmo uma atividade prática simples raramente ocorria na Escola e quando ocorria era motivo de referência em jornal. Ao que parece, o que ocorreu na Praça de Pelotas, em Fortaleza, sábado, 26 de outubro de 1896, foi muito mais uma apresentação dos alunos da Escola Militar do que um exercício prático que deveria ocorrer corriqueiramente.

Conclusão

Analisando o Regulamento de março de 1889, voltado para as Escolas Militares do Exército, percebe-se que houve um movimento institucional para um ensino que tivesse uma boa base teórica, mas que também contemplasse consideravelmente a parte prática.

Entretanto, essas intenções por um ensino prático foram frustradas pela proclamação da República e pelo papel de protagonismo do Exército nesse movimento político, bem como pelas ideias científicistas, o que levaria, já a partir de

1890, a um ensino militar marcadamente teórico e pouco voltado para a arte da guerra.

No decorrer desse processo, percebe-se que a formação prevista nas Escolas Militares influenciou a forma de ser dos alunos. Por outro lado, observa-se que os alunos não foram sujeitos passivos. Suas ações, registradas em diversos tipos de fontes, nos mostram que eles foram protagonistas da história e, de alguma forma, influenciaram as revisões curriculares que viriam nas primeiras décadas republicanas.

Referências

Fontes primárias

Decreto nº 10.202, de 09 de março de 1889 (Regulamento para o Imperial Collegio Militar). In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil do ano de 1889*. Vol. I. p. 247-259. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Decreto nº 10.203, de 09 de março de 1889 (Regulamento para as Escolas do Exército). In: *Collecção das Leis do Imperio do Brasil do ano de 1889*. Vol. I. p. 259-309. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890 (Regulamento que reorganiza o ensino nas Escolas do Exército). In: *Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos*

do Brazil. 4º Fascículo, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 550-599. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Escalas de serviço e alterações de alunos, Escola Militar do Ceará, mensal, ano de 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Jornal A Republica, Fortaleza. 26 out. 1896, p. 3. Acervo da Academia Cearense de Imprensa (ACI).

Ordens do dia, Escola Militar da Corte, diário, 1889. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

Fontes secundárias

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. História, fontes e caminhos da educação e da cultura. In: *Escolas e Culturas. Políticas, tempos e territórios de ações educacionais*. n. CAVALCANTI, M. J. M.; QUEIROZ, Z. F. de; VASCONCELOS JR, R. E. de P.;

e ARAÚJO, J. E. C. (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 422-441. (Coleção Diálogos Intempestivos, 73)

_____. *Pesquisa Acadêmica*. Como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre*. Significado cultural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

MENEZES, Raimundo. *Coisas que o tempo levou*. Crônicas históricas da Fortaleza antiga. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar (1818-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Introdução Metodológica. 5. ed. atual. São Paulo: Ed. Nacional / INEL, Brasília, 1978.

AS BASES DE DADOS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO

Denyse Maria Borges Paes

Bibliotecária da Secretaria de Educação do Município de Fortaleza — SME
E-mail: denyse_mb@yahoo.com.br

Maria Naires Alves de Souza

Bibliotecária da Universidade Federal do Ceará — UFC
E-mail: marianaires@yahoo.com.br

Introdução

Na sociedade contemporânea, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), vêm provocando avanços constantes que trazem mudanças ao universo informacional. A partir da utilização das TICs, produzimos informações com maior rapidez e em diferentes suportes. Nesse contexto, se destaca as fontes de informação, de modo específico as bases de dados, como ferramentas eletrônicas que facilitam a divulgação de informações.

Essas fontes de informação visam, portanto, a cumprir o preceito da disponibilidade, enfatizado por McGARRY (1984, p. 84): “tornar a informação disponível significa remover quaisquer barreiras a sua difusão e transferência.”

Foi a partir dessas observações que produzimos este artigo, tecendo comentários, inicialmente a respeito das fontes de informação com ênfase nas bases de dados, para, em seguida, trabalharmos bases de dados direcionadas à pesquisa em educação.